

Portugueses pela República: republicanos e anarquistas combatentes em Espanha (1934/1936-1939)

Portuguese for the Republic: republicans and anarchists combating in Spain (1934 / 1936-1939)

HELOISA PAULO*

PALAVRAS-CHAVE: Republicanismo, Espanha, Portugal, Anarquismo, Colaboração, Exílio.

KEYWORDS: Republicanism, Spain, Portugal, Anarchism, Collaboration, Exile.

Introdução

Na historiografia sobre as relações entre Portugal e Espanha no século XX prevalecem as análises dos vínculos forjados entre o regime de Salazar e de Franco (Torre, 1998; Oliveira, 1987; Loff, 2008; Rosas, 1998). Na grande maioria dos casos, a Guerra Civil centraliza o foco dos estudos que, por sua vez, centram-se na colaboração militar ou ideológica dos portugueses ao regime franquista (Rodríguez, 2007).

No entanto, há uma “outra” história a ser feita no que tange às relações Portugal-Espanha: é a história das relações entre os exilados portugueses, quer republicanos ou anarquistas, e a República Espanhola proclamada em 1931. São escassos os estudos que abordam estes vínculos e, quando o fazem, a abordagem é pontual e não aprofundada (Antunes, 2004). No entanto, o estudo de Cristina Clímaco levanta pontos importantes para a análise destas relações, abrindo o espaço para o debate e estudos mais profundos (Clímaco, 2017). Este artigo aborda alguns destes pontos e propõe uma reflexão sobre outros estudos já realizados (Paulo, 2016).

* Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20), Universidade de Coimbra.

As conexões entre os republicanos e anarquistas portugueses e os congêneres espanhóis

Se é possível entender a República como uma comunidade de cidadãos soberanos, baseada no governo de leis e na busca do bem público, pode-se pensar no republicanismo, principalmente como uma “paixão” civil e política ao mesmo tempo. (Ridolfi, 2011, p. 39).

As relações entre os republicanos espanhóis e portugueses remontam aos primeiros anos do florescimento do pensamento republicano em Portugal. Nos arquivos de Bernardino Machado, um dos maiores nomes do republicanismo Português, existe vasta correspondência que exprime o vivo intercâmbio com membros do Partido Republicano Espanhol, especialmente com os republicanos conservadores como Abad Conde, que será ministro do governo de direita, presidido por Lerroux, mas também com socialistas, como o Largo Caballero.¹

Tendo como pontos comuns o combate ao pensamento monárquico e o anticlericalismo, o republicanismo ibérico vai ter como primado o estabelecimento de uma sociedade moderna baseada nos princípios da liberdade, igualdade e fraternidade, combatente do clericalismo, apontado como o responsável pelo atraso do pensamento científico e todas as formas de progresso de ideias e modernização (cf. Catroga, 2010). Para tal, a educação é vista como o grande instrumento de formação da cidadania, sendo a República, no dizer de um historiador espanhol «a personificação da educação cívica» (Duarte, 2009, p. 69).

Por outro lado, como herdeiro do jacobinismo, o republicanismo ibérico é marcado pelas influências do pensamento radical do final do século XIX, como o socialismo ou o anarquismo. Assim, apesar da diversidade dos partidos republicanos, a «questão social» é um ponto comum entre os mais radicais, como atesta Cortina (cf. 2006) para o caso espanhol. No entanto, no que respeita ao socialismo, o seu alcance é diferenciado.

Em Portugal, apesar da formação do Partido Socialista em 1875, os republicanos não fizeram do socialismo sua principal premissa (cf. Homem, 1990). A palavra socialismo ou o adjetivo socialista pode qualificar o republicanismo ou o republicano. É uma qualificação, mas não uma designação. Na Espanha, o socialismo só irá atingir o seu apogeu com a Segunda República, apesar do

¹ Ver: http://casacomum.org/cc/pesqArquivo?termo=*&pag=960&nResult=10&facetFilterFundo=1197. (Consultado em 22-11-2017).

Partido Socialista Operário Espanhol ter sido fundado em 1879 (cf. Juliá, 1987).

Quanto ao anarquismo, as influências são diversas. Enquanto a CNT, Confederação Nacional do Trabalho, possui um amplo apoio popular durante a Segunda República (Aróstegui, 2006), em Portugal o anarquismo vai ganhar uma dimensão maior com a criação da União Anarquista Portuguesa, em 1923, que congrega diversas associações dispersas no território português. A repressão após o 28 de maio, no entanto, colocará em evidência a presença dos anarquistas portugueses no interior da Federação Anarquista Ibérica, acentuando os vínculos com o anarquismo espanhol e a CNT (cf. Clímaco, 2017).

Cabe ainda assinalar a importância da maçonaria, cujas lojas reúnem, em ambos os países, os adeptos do republicanismo e anarquistas. Em Portugal, os primeiros chefes de republicanos estaduais eram maçons, como é o caso de António José de Almeida, presidente da República entre 1919 e 1923, Bernardino Machado, presidente entre 1915 e 1917 e entre 1925 e 1926, e Afonso Costa, que serviu três vezes como primeiro-ministro (cf. Ventura, 2011). Do lado espanhol, a Segunda República leva ao poder uma grande maioria de membros da maçonaria. Dos 458 deputados da Assembleia de 1931, 183 eram maçons, o que representava 39,95% dos deputados (*apud* Cruz, 1989, p. 127).

Esses fatores e a própria convivência de portugueses e espanhóis no exílio francês são os responsáveis pela ativa participação portuguesa ao lado da República de Espanha durante a Guerra Civil.

Do Exílio ao combate pela República Espanhola

[...] el declarante, así como otros muchos correligionarios suyos de nacionalidad portuguesa, al instaurarse la Republica en España a este país se encaminaron satisfechos y con la esperanza de que la afinidad de ideas y la proximidad de ambos países pudiera determinar en día próximo la restauración en Portugal del régimen de gobierno democrático por el que ellos desde el destierro venían luchando.²

Em Portugal, a 28 de maio de 1926, um golpe militar levou a uma ditadura que sobreviveria por 48 anos. O regime republicano instalado a 5 de outubro de 1910 é extinto e substituído por uma ditadura militar e, depois de 1933,

² Trecho do Processo Criminal instaurado contra os portugueses por contrabando de armas para a Revolta das Astúrias em outubro de 1934. Archivo Generale de la Administración, Ministerio de la Justicia, Alcalá de Henares, Caja 43/4091, F.8.

por um regime fascista: o Estado Novo, que consolidou António de Oliveira Salazar no poder. Durante este período, o exílio é uma das formas de resistência e de sobrevivência aos desmandos ditatoriais vigentes no país.

Os caminhos seguidos pelos exilados são diversos: começam na Europa e vão até ao Brasil e aos Estados Unidos. Mas num primeiro momento, a fronteira espanhola ofereceu a solução mais fácil, apesar da oposição do regime então em vigor na Espanha. Assim, entre 1927 e 1936, o país vizinho é o grande porto de abrigo para os exilados portugueses.

É após 1931, com a proclamação da República em Espanha, que os exilados transformam Madrid num centro de operações contra o regime de Salazar. O grupo conhecido por Grupo de Madrid, ou Budas, é capitaneado por Jaime de Morais, ex-governador colonial, Alberto Moura Pinto, antigo Ministro da Justiça, e Jaime Cortesão, historiador, voluntário na Grande Guerra e antigo diretor da Biblioteca Nacional. As suas estratégias seguiram as mesmas táticas das suas vidas políticas antes do exílio, mas, desta feita, contam com o auxílio do poder espanhol. De facto, como já nos referimos, os companheiros de Espanha são mencionados várias vezes na correspondência e documentação dos exilados portugueses. Nos arquivos espanhóis também encontramos referências aos portugueses e as citações sobre as suas atividades em território espanhol estão presentes em relatos biográficos de personagens de vulto da história da República espanhola, como é o caso de Manuel Azaña:

Por la noche, después de cenar, voy a casa de Guzmán. [...] Le entero de lo que sucede, haciéndole ver com qué razón he desatendido las últimas peticiones de Corteçao y sus amigos. Le explico cuánto me interesa saber dónde para el material. [...] En vista de lo que yo le cuento, Guzmán envía un recado a Corteçao para que venga a verme. [...] El material está en España, cerca de la raya, y es tan numeroso como Pastor me había dicho. Sólo una parte ha pasado a Portugal. Me habla después del barco cargado de armas que tiene detenido en Copenhague, porque el Gobierno danés no le deja salir sin un permiso de tránsito por esse país. Esse permiso fue expedido por la Dirección de Aduanas, de orden de Prieto. Resulta ahora que el permiso es insuficiente y que se necesita otro admitiendo el cargamento. [...] Corteçao está muy contento de Prieto y de mí, y también de Domingo. Poco o nada de Lerroux. (Azaña, 1996, pp. 84-85).³

³ No capítulo «Madrid: 1931». As referências feitas por Cortesão, citadas por Azaña, aos políticos Indalécio Prieto, PSOE, Marcelino Domingo Sanjuán, do Partido Radical Socialista, ambos ministros do 2.º Governo da República, são repetidas inúmeras vezes

As ligações entre os exilados republicanos portugueses e os membros do Partido Socialista dos Trabalhadores são feitas através da cúpula dos seus dirigentes. Largo Caballero e Indalécio Prieto são os nomes mais citados na correspondência entre exilados entre 1931 até ao final da guerra civil, em 1939.⁴ As articulações do grupo incluem também elementos de segunda linha, como Paulino Gómez Sáiz, sindicalista, membro da UGT, com forte influência nos círculos socialistas e ministro do Interior desde 1937, que se torna próximo de Juan Négrin, quando este assume o governo, ou Teodomiro Menéndez, deputado socialista e subsecretário de Indalécio Prieto (cf. Iñiguez, 1994).

Podemos identificar dois grandes momentos onde a colaboração dos exilados portugueses ganha destaque na história da República Espanhola da década de 30, durante a revolta contra o governo de direita, chefiado por Lerroux, em outubro de 1934, e nos combates durante a Guerra Civil, entre 1936 e 1939.

1. A Revolta das Astúrias: o caso Turquesa e o suprimento de armas pelos portugueses para a revolta asturiana (1934)

O episódio da Revolta das Astúrias é um momento importante na história da Segunda República na Espanha, porque é a resposta da esquerda ao governo direitista de Lerroux (cf. Ruiz, 2008). Os arquivos que tratam os processos dos envolvidos na revolta têm ações judiciais contra os portugueses acusados de fornecer armas para os mineiros rebeldes apoiados pelos socialistas do PSOE. Na verdade, duas grandes partes do julgamento criminal são reservadas para o testemunho dos portugueses envolvidos na revolta. Constituem o que ficou conhecido como o «caso Turquesa», referência ao nome do navio que transportava as armas compradas pelos portugueses e cedidas aos espanhóis revoltosos. Os documentos recolhidos foram apreendidos nas casas e locais de trabalho dos exilados em Madrid e constituíram provas contra os arguidos. Os cadernos e cadernos de endereços inseridos continham informações sobre os laços existentes com funcionários do governo. Por exemplo, o diário de Jaime

na correspondência trocada entre os republicanos portugueses no período da 3.^a República. Prieto, ou simplesmente Marcelino são citados em anotações durante e depois da Guerra Civil.

⁴ Arquivos pessoais dos exilados Jaime de Morais (Fundação Mário Soares) e Alberto Moura Pinto (em posse da família)

de Morais foi inscrito com o número de telefone de um certo «Paco», identificado pela polícia como o telefone de Largo Caballero. Os depoimentos, em particular, de Afonso Castro Galvão, esclareceram a íntima relação entre Horácio Echevarrieta, o banqueiro espanhol que financiara a compra das armas, e os exilados portugueses. De facto, na correspondência de Moura Pinto existem cartas remetidas por Echevarrieta e denúncias contra possíveis intrigas internas no meio oposicionista exilado. Após a derrota do movimento, os membros do PSOE são presos, assim como Alberto Moura Pinto, que cumpre pena entre setembro de 1934 e maio de 1935, no Cárcere Modelo de Barcelona.⁵

Em 1935, após o governo francês solicitar a deportação de Jaime Cortesão, o que não consegue devido aos inúmeros protestos de políticos e intelectuais, Jaime de Morais retorna incógnito a Madrid, sem que seja incomodado pelas autoridades locais. Moura Pinto é libertado em junho do mesmo ano.⁶ Em 17 de julho de 1936, com a amnistia dada pela Frente Popular, Cortesão volta à capital espanhola para se juntar ao grupo. O golpe de Franco vai envolvê-los e às suas famílias na Guerra Civil,⁷ levando os filhos de Jaime de Morais à frente de batalha.⁸ Jaime de Morais, Moura Pinto e Cortesão estão igualmente ligados aos serviços de informação,⁹ tendo um dos filhos de Morais, Oscar de Morais, trabalhado na Rádio republicana nas emissões destinadas ao território português.¹⁰ No entanto, o maior símbolo desta colaboração foi sem dúvida o «Plano Lusitânia».

⁵ No arquivo de Moura Pinto há inúmeros recibos do Cárcere Modelo, de Barcelona, em favor de Moura Pinto, pagos pela mulher, Maria do Carmo. Com Moura Pinto é igualmente preso Francisco Oliveira Pio, seu companheiro de exílio.

⁶ A partir desta data, desaparecem do Arquivo de Moura Pinto os recibos dos pagamentos ao cárcere em Barcelona.

⁷ A filha de Moura Pinto, Maria Luísa Moura Pinto, torna-se voluntária da Frente Republicana, passando a trabalhar como enfermeira num hospital em Madrid. Informações fornecidas por Joana Moura Pinto Rabinovitch, filha de Maria Luísa.

⁸ Os quatro filhos de Jaime de Morais alcançam os seguintes postos no exército republicano: tenente dos Carabineiros (Mário de Castro Morais); capitão dos Carabineiros (Fernando Secca Morais); capitão de artilharia (Óscar Secca Morais) e tenente de Engenharia (Ruy Secca Morais). Depoimento de Fernando Secca Morais, actualmente com 92 anos, residente no Rio de Janeiro, Brasil.

⁹ Jaime de Morais, numa carta a Moura Pinto, afirma que o Estado espanhol lhe devia e aos seus filhos cerca de 10.000 pesetas em salários atrasados. «Falia o Banco de Espanha se nos pagassem tudo». Carta datada de 15 de maio de 1938. Arquivo Moura Pinto.

¹⁰ Óscar Waldemar Morais, o primeiro dos quatro filhos de Jaime de Morais, participa das emissões logo no início dos combates. Ver: Anotações de Moura Pinto datadas de Espanha

2. A Guerra Civil (1936-1939)

Tão logo os exilados portugueses recebem em Madrid as primeiras notícias da revolta de 18 de julho, declaram a sua fidelidade ao Estado Espanhol, estampando nas páginas dos periódicos um manifesto de apoio total aos republicanos de Espanha.¹¹

O passo seguinte, é a apresentação dos seus préstimos como militares ao governo republicano. São inúmeras as atividades desenvolvidas pelos exilados durante o conflito. Assumem postos no Exército, alguns deles de relevância como Alexandrino dos Santos, Comandante da Base de Castellón,¹² Catalunha, César de Almeida, membro do Estado-Maior General das Forças Armadas e Francisco de Oliveira Pio, director da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais.¹³ Já os anarquistas, mesmo os que não participam diretamente nas Brigadas

entre novembro de 1936 até ao final do primeiro trimestre de 1937. Arquivo Moura Pinto.

¹¹ “Portugueses ilustres alejados de su patria condenan la política de Oliveira Salazar”, Barcelona, *La Vanguardia*, 9 de Octubre de 1936, p. 3

¹² Na documentação espanhola, Alexandrino dos Santos é citado como Alejandrino e as poucas menções existentes na historiografia daquele país referem-no como sendo espanhol, dada a importância do cargo que ocupou. Na verdade, Alexandrino dos Santos era oficial português, combatente da Grande Guerra e opositor ao regime ditatorial desde 1927.

¹³ Francisco Oliveira Pio nasceu em 17 de janeiro de 1897. Em 1921, é nomeado Comissário da Divisão de Polícia da Segurança Pública de Lisboa. No 28 de maio, pela discordância que assume publicamente em relação ao movimento, é transferido para Bragança. Participa do movimento de 3 de fevereiro de 1927, fugindo para a França, Bélgica, e finalmente para Espanha. Em 1934, é preso com Moura Pinto após o Caso Turquesa. Solto, fica em Madrid até a eclosão da guerra civil, quando é incorporado no 5.º Batalhão de Milícias Civis como Major. Participa em várias frentes de combate, incluindo a formação da linha de defesa da cidade universitária. É nomeado diretor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e, posteriormente, chefe de Operações do 23.º Corpo do Exército. Em 1939, ao passar a fronteira, é internado no campo de concentração na região de Montauban, de onde escapa para Argel. Nesta cidade, combate pela resistência junto ao General Bethouart e é indicado pelos Budas, em 1945, como o seu representante no Hemisfério Norte. Em 1955, parte para o Brasil, retomando a resistência antissalazarista através do Movimento Nacional Independente. É membro do Grande Oriente Espanhol e possui fortes contactos com os espanhóis exilados em território brasileiro e com o governo republicano no exílio no México. Falece em 1972, no Rio de Janeiro, onde o seu corpo se encontra enterrado. Sobre Oliveira Pio não há estudos, mas o seu arquivo pessoal está no Museu da República e da Resistência em Lisboa, servindo de base para este apontamento.

Anarquistas, forjam a partir de França uma rede de auxílios, capitaneada por um elemento vinculado aos Budas, Inocêncio Câmara Pires.

Mas, há um episódio que ilustra bem a estreita relação estabelecida entre exilados portugueses e republicanos espanhóis: o Plano Lusitânia. Alguns historiadores tendem a depreciar este facto por falta de elementos que fornecessem maiores detalhes sobre a sua execução (Oliveira, 1987). No entanto, os arquivos dos exilados, nomeadamente dos Budas, fornecem informações suficientes para complementar um quadro que, mais recentemente, foi traçado pela historiadora Cristina Clímaco (Clímaco, 2017).

De facto, o desenrolar da Guerra Civil vai intensificar a cooperação entre os republicanos ibéricos e a ideia do restabelecimento do governo democrático em Portugal surge como uma possível solução frente ao não intervencionismo adoptado por Inglaterra e França. O plano para a derrocada do salazarismo no país vizinho fica conhecido como Lusitânia,¹⁴ e o seu assumido autor, Jaime de Morais, vai classificá-lo em suas memórias de «ambicioso».¹⁵ Para a invasão do território português e a derrubada da ditadura, os opositores antisalazaristas contam com o auxílio directo do governo espanhol.¹⁶ Para tal, o Estado Maior de Espanha designa o General Rojo para dar assistência militar aos republicanos portugueses, possibilitando o seu deslocamento nas zonas ocupadas pelos governamentais e o acesso às bases militares e aos depósitos de armamentos.¹⁷ Da parte portuguesa, os contactos com o norte, o centro e o sul de Portugal demonstram um clima propício para a revolta, contando com o auxílio das guarnições militares e de comandos formados por civis. Em Espanha, os portugueses que lutavam ao lado da República são concentrados no sul, na região de Centelhas, esperando a confirmação da revolta em Portugal. No entanto, as dificuldades de comunicação, o rápido avanço das tropas franquistas e as

¹⁴ O Plano consistia na invasão do território português por parte dos republicanos exilados em Espanha e na instauração de um novo governo, favorável à República Espanhola. Sobre o tema há pouco material publicado, ver, entre outros, Farinha (1998). A melhor fonte sobre o Plano Lusitânia é o relato do próprio Jaime de Morais nas suas memórias, os apontamentos de Moura Pinto e as cartas cifradas trocadas entre ambos.

¹⁵ Memórias de Jaime de Morais. Exemplar dactilografado, Arquivo Jaime de Morais, Fundação Mário Soares.

¹⁶ Jaime de Morais afirma que o Governo espanhol estaria «pronto a auxiliar-nos, pedindo-nos em troca pouca coisa: que Portugal deixasse de abastecer e auxiliar os rebeldes». Memórias de Jaime de Morais. Exemplar dactilografado, Arquivo Jaime de Morais, Fundação Mário Soares.

¹⁷ Memórias de Jaime de Morais. Exemplar dactilografado, arquivo Jaime de Morais.

desavenças internas¹⁸ fazem com que «quando Portugal disse que estava pronto, acabava a guerra em Espanha».¹⁹

Em janeiro de 1939, Jaime de Morais e Jaime Cortesão atravessam a fronteira para um longo exílio. Em França, encontram Moura Pinto, que deixara Barcelona meses antes, iniciando uma série de contactos para uma saída da Europa, já às portas da guerra. Mais uma vez, os caminhos dos Budas se cruzam com os republicanos espanhóis, retidos nos campos de concentração de Argelès-Sur-Mer e St. Ciprien. O número de pedidos de socorro enviados, em especial, para Moura Pinto, mas também para Jaime de Morais, revelam as condições miseráveis a que foram submetidos os exilados espanhóis em França.²⁰ Diversos grupos de portugueses também se encontram nos campos e, em alguns deles, os espanhóis assumem a identidade dos seus «vizinhos» e antigos companheiros de armas, com medo de serem entregues ao regime de Franco (cf. Clímaco, 1996).

De facto, a colaboração entre portugueses exilados do regime de Salazar e espanhóis antifranquistas prosseguirá nas décadas seguintes, sendo a tomada do pacote português Santa Maria, por resistentes antissalazaristas e antifranquistas, em 1961, um dos pontos mais significativas de uma batalha que, em suma, almejava o retorno do regime democrático ao território peninsular ibérico.

Referências bibliográficas

- ANTUNES, J. F. (2004). *Os Espanhóis e Portugal*. Lisboa: Oficina do Livro.
- AZAÑA, Manuel (1996). *Memórias Políticas 1931-1933*. Barcelona: Crítica.
- CATROGA, Fernando (2010). *O Republicanismo em Portugal. Da Formação ao 5 de Outubro de 1910*, 3.^a ed. Lisboa: Casa das Letras.
- CLÍMACO, Cristina (1995). A emigração política portuguesa em França (1927-1940). Fontes e Bibliografia. *Penélope. Revista de História e Ciências Sociais (Portugal no exílio no Século XX)*. Lisboa: Ed. Cosmos, n.º 16, pp. 153-177.

¹⁸ É de assinalar um incidente ocorrido no acampamento português, que levou a morte de um anarquista e à prisão de um soldado, Pedro Rocha. Tal facto causa um mal-estar entre os oficiais e as autoridades locais e estaria vinculado ao posicionamento dos comunistas, contrários ao Plano. Declarações de Fernando de Morais, filho de Jaime de Morais, tenente carabineiro encarregado do acampamento em Centelhas.

¹⁹ Memórias de Jaime de Morais. Exemplar dactilografado, Arquivo Jaime de Morais.

²⁰ Carta de Jaime de Morais endereçada a Armando Cortesão, 5 de maio 1939, Fundo Armando Cortesão, Correspondência, Arquivo da Universidade de Coimbra.

- (2017). *Republicanos, Anarquistas e Comunistas no Exílio (1927-1936)*. Lisboa: Colibri.
- CORTINA, Manuel Suárez (2006). De la utopía a la realidad; el proyecto social y político del republicanismo en la España Liberal. *Revista de História das Ideias*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 27, pp. 67-99.
- CRUZ, Ignacio (1987). Los diputados masones en las Cortes de la II República (1931-1936). In BENIMELI, J. F. (dir), *Masoneria Política y Sociedad*. Madrid: Centro de Estudios Históricos de la Masoneria Española, pp. 123-188.
- DUARTE, Ángel (2009). *El Otoño de un Ideal*. Madrid: Alianza Editorial.
- FARINHA, Luís (1998). *O Revivalho, Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo (1926-1940)*. Lisboa: Editorial Estampa.
- GÓMEZ, Hipólito de la Torre (1998). *A Relação Peninsular na Antecâmara da Guerra Civil de Espanha (1931-36)*. Lisboa: Cosmos.
- HOMEM, Amadeu Carvalho (1990). *A Propaganda Republicana, 1870-1910*. Coimbra: Coimbra Editora.
- IÑIGUEZ, M. (1994). *Esbozo de una Enciclopedia Histórica del Anarquismo Español*. Granada: Fundación de Estudios Libertarios Anselmo Lorenzo.
- JULIÁ, S. (1997). *Los Socialistas en la Política Española. 1879-1982*. Madrid: Taurus.
- LOFF, M. (2008). «O Nosso Século é Fascista!» *O Mundo Visto por Salazar e Franco (1936-1945)*. Porto: Campo das Letras.
- MAURIZIO, Ridolfi (2011). Terras Republicanas. Tradições e Culturas Políticas na Europa Meridional. In SILVA, A. M. / CARNEIRO, M. L. T. / SALMI, S. (dirs.), *República, Republicanismo e Republicanos*. Coimbra: Imprensa da Universidade, pp. 38-57.
- OLIVEIRA, César (1987). *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: O Jornal.
- PAULO, Heloisa (2016). Une vision commune du républicanisme: la coopération entre les exilés portugais et les républicains espagnols (1931-1939). In AAVV, *Exils et Migrations Ibériques au XXe Siècle. Le Temps de l'Exil Portugais (1926-1974)*, pp. 26-43. Paris: Riveneuve,
- PENA RODRÍGUEZ, Alberto (2007). *Salazar, a Imprensa e a Guerra Civil de Espanha*. Coimbra: Minerva Editora.
- ROSAS, Fernando (ed.) (1998). *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: Colibri.
- RUIZ, David (2008). *Octubre de 1934. Revolución en la República Española*. Madrid: Síntesis.
- VENTURA, António (2011). *Os Constituintes de 1911 e a Maçonaria*. Lisboa: Temas e Debates.

TÍTULO: Portugueses pela República: republicanos e anarquistas combatentes em Espanha (1934/1936-1939)

RESUMO: A historiografia portuguesa e espanhola têm centrado os estudos sobre a Guerra Civil na colaboração prestada pelo regime português aos rebeldes capitaneados por Francisco Franco. No entanto, há que assinalar a presença de portugueses na defesa da República Espanhola e dos seus ideais. Republicanos e anarquistas exilados em Espanha, a partir de 1931, vão sempre apresentar o seu apoio incondicional à República. Em 1934, quando a ascensão da Confederação Espanhola das Direitas Autónomas e o governo de Lerroux ameaçavam as liberdades republicanas, os portugueses colaboram na Revolta das Astúrias. Em 1936, eles serão os primeiros estrangeiros a se apresentarem aos batalhões populares para combaterem as forças franquistas no Quartel de La Montana. Desta data até ao final da guerra, lutaram ao lado dos espanhóis, integrando as suas forças regulares de combate, alcançando postos de importância no exército e no Estado-maior. Neste quadro, o Plano Lusitânia é mais um dado na colaboração dos portugueses para o combate espanhol contra o avanço franquista. Este artigo pretende oferecer um painel das relações e da cooperação estabelecidas entre os exilados portugueses e a República Espanhola entre 1931 e 1939.

TITLE: Portuguese for the Republic: republicans and anarchists combating in Spain (1934 / 1936-1939)

ABSTRACT: Portuguese and Spanish historiography have centered the studies on the Civil War in the collaboration provided by the Portuguese regime to the rebels led by Francisco Franco. Nevertheless, it is necessary to point out the presence of Portuguese in defense of the Spanish Republic and its ideals. Republicans and anarchists exiled in Spain, from 1931, will always lend their unconditional support to the Republic. In 1934, when the rise of the Spanish Confederation of Autonomous Rights and the government of Lerroux threatened republican freedoms, the Portuguese collaborated in the Asturian Revolt. In 1936, they will be the first foreigners to appear to the popular battalions to fight the Francoist forces in the headquarters of the Montana. From this date until the end of the war, they fought alongside the Spanish, integrating their regular combat forces, reaching positions of importance in the army and the General Staff. In this context, the Lusitania Plan is one more piece in the collaboration of the Portuguese for the Spanish combat against the pro-Franco advance. This article intends to offer a panel of relations and cooperation established between the Portuguese exiles and the Spanish Republic between 1931 and 1939.

